



Empresas que o Estado quer privatizar dão prejuízo

● Seis das 17 empresas registam um prejuízo somado na ordem dos 507 milhões de euros

● Estado privatizou empresas todos os anos desde 1987 mas a dívida continuou a subir



Radiografia das 17 empresas que o Estado precisa de vender

Primeira Linha 6 a 13 e Editorial



Primeira Linha

RETRATO DAS EMPRESAS QUE O ESTADO QUER VENDER

Seis das 17 empresas a privatizar dão prejuízo





Entre 2010 e 2013, o Governo quer privatizar 17 empresas. Além das mediáticas EDP, Galp, REN ou BPN, a ementa inclui tecnológicas como a EID ou a Empordef TI, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a incontornável TAP ou meias surpresas, como os CTT. O Negócios mostra-lhe agora qual a saúde financeira dessas empresas

CELSO FILIPE* cfilipe@negocios.pt HUGO PINTO Ilustração

Seis das 17 empresas que o Estado vai privatizar dão prejuízo e uma delas, a CP Carga, não disponibiliza resultados, mas tudo indica que integra também a categoria das participadas deficitárias.

Estas seis empresas registaram, segundo os últimos dados disponíveis, um prejuízo somado de 507 milhões de euros, empregam 19.318 trabalhadores e são responsáveis por um volume de negócios de 2,4 mil milhões de euros. A lista de empresas deficitárias é composta pela TAP, a EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário), a Empordef TI (Tecnologias de Informação), os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a SPE (Sociedade Portuguesa de Empreendimentos) e o BPN, que tem uma situação líquida negativa de 1,9 mil milhões de euros.

Segundo o raciocínio do ministro das Finanças, que justificou a ausência da RTP da lista de privatizações entre 2010 e 2013 pelo facto de a televisão pública ter uma situação negativa, estas seis empresas também deveriam ser retiradas do pacote de alienações elaborado por Teixeira dos Santos, no âmbito do PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento).

O Governo prevê encaixar, ao longo dos próximos quatro anos, seis mil milhões de euros com a venda das suas participações em 17 empresas. A história mostra, contudo, que apesar de o Estado ter privatizado empresas todos os anos, desde 1987, a dívida do País continuou sempre a subir (ver págs. 12 e 13). Outros vencedores antecipados destas privatizações são os bancos que vão montar as operações, os escritórios de advogados, os consultores e as agências de comunicação e publicidade, que se encarregarão de dar visibilidade mediática aos processos de venda. Todos eles terão negócio garantido.

Os "monos" e as "jóias"

Apar dos "monos" - caso da EMEF -, para os quais o Governo vai ter dificuldades em encontrar comprador, existem "jóias da coroa", para as quais sobram candidatos. Nesta categoria entram os 25,7% da EDP, os 8% da Galp Energia e as participações, ainda por definir, na ANA - Aeroportos de Portugal, nos CTT e na Caixa Seguros e Saúde.

Entre os críticos das privatizações, há quem alerte para os perigos de sectores como o da energia ou do

É preciso que o regulador [a Anacom] aja rápido e com muita "cabecinha".

LUÍS NAZARÉ
Economista

gás fiquem nas mãos de privados, sujeitos a uma lógica pura de mercado que pode prejudicar os consumidores. A alternativa, dizem, é que o Estado mantenha uma posição de controlo nestes sectores. Do outro lado da barricada, os defensores destas vendas asseguram que os privados podem garantir uma provisão equilibrada e justa de bens e serviços. Mas se, no que se refere à energia e aos combustíveis, a liberalização é há muito um dado adquirido, o serviço postal irá levantar desafios acrescidos.

Um caso especial chamado CTT

A privatização dos CTT vai exigir "mais esforço de regulação". O aviso é de Luís Nazaré, um dos ex-presidentes da empresa. O economista lembra que esta abertura do capital dos CTT a privados irá anteceder a liberalização do serviço postal, marcada para o início do próximo ano, pelo que é necessário preparar um quadro regulamentar que tenha em atenção o futuro ambiente concorrencial.

Esta tarefa, de acordo com Luís Nazaré, cabe à Anacom (Autoridade Nacional de Comunicações). "É preciso que o regulador aja rápido e com muita 'cabecinha'", defende. Entre as prioridades da Anacom, o economista aponta para o "critério de licenciamento dos futuros operadores e a forma como esses novos modelos se vão coadunar com o serviço universal. É preciso ser mais exigente com o sector postal porque a possível privatização coincide com a liberalização", determinada pela União Europeia. Neste contexto, acrescenta, é necessária uma "reflexão muito cuidada do regulador", conclui.

*Com AN/AM/ATP/IA/JM/MJG/MP/PR/RRJ

IDEIAS-CHAVE

EMPORDEF É UMA "CASA-MÃE" COM MUITOS "FILHOS" À VENDA

1 SEIS EMPRESAS SOMAM PREJUÍZOS DE 507 MILHÕES

Existem seis empresas na lista de privatizações que dão prejuízos. São elas a TAP, EMEF, Empordef TI, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SPE e BPN.

2 UMA INCÓGNITA CHAMADA EMEF

"Ou o Estado coloca bastante dinheiro para tornar a EMEF apetecível ou então nada feito", garante um especialista do sector ferroviário que prefere manter o anonimato. Segundo as suas contas, 30% a 40% do quadro de pessoal da empresa de manutenção de equipamento ferroviário é excessivo, além de ser preciso "contratualizar correctamente com a CP" - o seu único cliente - os serviços que lhe presta. "É preciso transformá-la numa empresa normal", sustenta, com ironia, o mesmo interlocutor.

3 EMPORDEF ESTÁ EM QUATRO EMPRESAS

A "holding" Empordef tem quatro empresas entre a lista de 17 que o Estado quer vender. Três tecnológicas - a Empordef TI, a EID e a Edisoft - e ainda os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Quem é que ganha com o negócio?

Montagem das operações é disputada intensamente por várias empresas

BANCOS

Colocadores podem ganhar 1,5%

Quando uma privatização envolve uma oferta pública de venda e uma venda directa a institucionais, a operação é coordenada por um sindicato bancário que ganham à comissão, percentagem que incide sobre o valor do encaixe. Na última OPV da Bolsa de Lisboa, da EDP Renováveis, os bancos podiam ganhar uma comissão de até 1,5% por serviços de assistência e colocação (1% de comissão global e 0,5% de incentivo). No caso da Caixa Seguros, se o encaixe for de 570 milhões e as comissões iguais, a banca pode arrecadar entre 5,7 e 8,55 milhões de euros.

CONSULTORES

Serviços para todos os gostos e preços

Numa operação de privatização, bancos, advogados e gestores de comunicação prestam serviços de consultoria. Mas a lista de consultores envolvidos nestes processos pode ainda incluir outro tipo de especialistas, como os consultores de gestão, de imagem ou fiscais. Os preços variam consoante a dimensão e a duração dos serviços prestados. Muitos destes contratos são temporários, mantendo-se apenas durante a preparação e a concretização da operação. Os seus custos são normalmente abatidos ao encaixe de venda.

COMUNICAÇÃO

De 100 mil euros a 1,5 milhões

Os honorários de uma agência de comunicação de primeira linha para trabalhar uma OPV (Oferta Pública de Venda) podem custar cerca de 100 mil euros. Existem, contudo, muitas variáveis. Por exemplo, a venda de 19% da REN, realizada em Julho de 2007, dado ser uma empresa com pouca notoriedade, exigiu uma campanha combinada de publicidade na rádio, televisão e jornais, além de comunicação institucional. A operação terá custado 1,5 milhões de euros. No caso da venda directa de uma empresa, este tipo de acção é dispensável.

ADVOGADOS

"Boas notícias" para equipas financeiras

Para o advogado Jorge Brito Pereira é de esperar que as alienações de activos e operações de privatização previstas no Programa Especial de Crescimento "venham animar bastante o mercado em 2010 e 2011". Uma maior pressão vendedora terá, segundo este sócio da PLMJ, "o efeito de aumentar a própria profundidade do mercado", o que poderá dar origem a novas oportunidades de trabalho para os assessores jurídicos. São pois "boas [as] notícias" para as equipas mais vocacionadas para estes temas, nomeadamente nas áreas de direito financeiro e de fusões e aquisições.